



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO

GILBERTO GOMES SARMENTO

ESTUDO SOBRE AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E
CONTROLE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO, BASEADO NO SISTEMA
UNICRED: UM ENFOQUE À UNICRED ALTO SERTÃO PARAIBANO SOUSA –PB.

CAMPINA GRANDE - PB

2014

GILBERTO GOMES SARMENTO

**ESTUDO SOBRE AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E
CONTROLE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO, BASEADO NO SISTEMA
UNICRED: UM ENFOQUE À UNICRED ALTO SERTÃO PARAIBANO SOUSA –PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito cancelado pela Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Gestão de Cooperativas de Crédito.

Orientador: Dr. Rômulo Marinho do Rêgo

CAMPINA GRANDE - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S246e Sarmento, Gilberto Gomes

Estudo sobre auditoria interna como ferramenta de gestão controle nas cooperativas de crédito, baseado no sistema Unicred [manuscrito] : um enfoque à Unicred Alto Sertão Paraibano Sousa PB / Gilberto Gomes Sarmento. - 2014.
36 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Rômulo Marinho do Rêgo, Departamento de Matemática".

1. Cooperativa de crédito. 2. Auditoria interna. 1. Gestão. I.
Título.

21. ed. CDD 334.2

GILBERTO GOMES SARMENTO

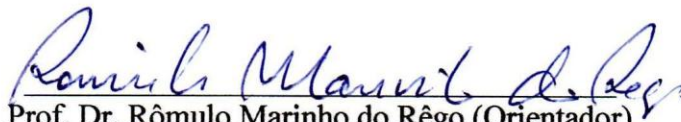
ESTUDO SOBRE AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E CONTROLE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO, BASEADO NO SISTEMA UNICRED: UM ENFOQUE À UNICRED ALTO SERTÃO PARAIBANO SOUSA –PB.

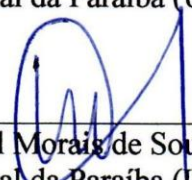
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Gestão de Cooperativas de Crédito.

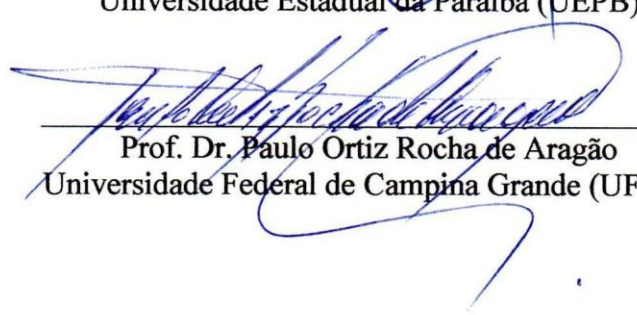
Orientador: Dr. Rômulo Marinho do Rêgo

Aprovada em: 25/04/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Rômulo Marinho do Rêgo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO

Este trabalho trata da importância da auditoria em cooperativas de crédito e tem o intuito de apresentar e esclarecer o papel da auditoria nestas instituições financeiras e sua exploração para tomada de decisões. Foi utilizado como objeto do estudo a Unicred Alto Sertão Paraibano, na cidade de Sousa PB onde foi avaliada a utilização de informações contidas no relatório de auditoria para planejar o modo de gestão e identificar fatores que contribuem para o surgimento de problemas identificados pela auditoria. Além disso, se sugeriu mudanças no método utilizado no processo de auditoria interna realizada pela Unicred Central Norte-Nordeste. A metodologia utilizada no estudo foi a abordagem qualitativa, comparando técnicas com a realidade, complementada com uma pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, sites, é documental por usufruir de informações contidas em manuais da entidade estudada, exploratória, trata-se de um campo de estudo novo, em momentos descritiva; torna-se um estudo de caso, realizado através de um roteiro de entrevista, aplicado a um universo de 09 gestores de uma cooperativa singular. Foi verificado que o relatório de auditoria é usado para gestão e controle na cooperativa, no sentido de assegurar que áreas importantes sejam analisadas e que erros não sejam reincidentes, sendo de grande relevância a administração.

Palavras-chaves: Cooperativas de Crédito. Auditoria Interna. Gestão.

ABSTRACT

This work deals with the importance of audit in credit unions and is intended to present and clarify the role of the audit on these financial institutions and their exploitation for decision-making. Was used as object of study the Unicred High Brazil, in the city of Sousa PB where was evaluated using information contained in the audit report to plan the management mode and identify factors that contribute to the emergence of problems identified by the audit. In addition, if suggested changes in the method used in the process of internal audit conducted by Central Unicred north-northeast. The methodology used in the study was a qualitative approach, comparing the technical reality, complemented with a bibliographical research, in books, articles, websites, documentary by enjoy information is contained in the entity's exploratory study manuals, this is a new field of study, descriptive moments; becomes a case study, conducted through an interview script, applied to a universe of a 09 cooperative` managers. It was verified that the audit report is used for management and control in cooperative, in order to ensure that important areas are analyzed and that mistakes are not repeat offenders, being of great importance.

Keywords: Credit unions. Internal Audit. Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2, REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1. O PERFIL DO AUDITOR	8
2.2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	9
2.3. CONTROLES INTERNOS	13
2.4. SOCIEDADES COOPERATIVAS	16
2,5, COOPERATIVAS DE CRÉDITO	19
2.6. TIPOS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO	20
2.7. O SISTEMA UNICRED	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	23
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Com avanços constantes de tecnologia e da economia, as cooperativas de crédito aparecem como uma solução viável aos problemas de falta de qualidade, preços elevados e concorrências desleais que as grandes instituições financeiras vêm apresentando.

Com intuito de manter essa posição, que vem ocupando, as cooperativas de crédito necessitam de controles internos confiáveis, que garantam os interesses de seus investidores, além focalizar de forma positiva as decisões de seus gestores.

Os métodos de controle têm uma abrangência ampla, muito maior do que geralmente se entende em uma análise superficial. No entanto uma análise aprofundada na busca de conhecimento em relação ao ambiente econômico e financeiro, de oportunidades e ameaças, em que atuam as cooperativas é um fator de controle significativo.

A auditoria interna em instituições financeiras, são obtidas como ferramenta dos atuais modelos de gestão, servindo para testar a eficácia dos controles internos, qualidade das operações, garantindo a veracidade de suas informações, análise o cumprimento da legislação. Resultando dessa forma em numa boa gestão delimitando os objetivos e metas a serem alcançados pela instituição.

O Sistema Unicred destaca-se pelo seu crescimento, pois sua diversificação de produtos e serviços, disponibilizados aos seus associados, necessariamente descentralizam complexidades nos sistemas de controles internos e conseqüentemente na gestão.

A auditoria interna pretende responder as expectativas dos gestores sobre falhas, fraudes e riscos operacionais da instituição, esclarecendo aos responsáveis esses itens aos envolvidos no processo, assim possibilitando a implantação de novas ações corretivas e necessárias um melhor crescimento nos negócios de forma mais consolidada e segura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de auditoria conforme trata Lopes de Sá (2007 p.25), relata uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

De forma bastante simples Crepaldi (2004, p.23) define auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

No pensamento de Franco e Marra (2007, p.28) a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

A auditoria possui o dever de expressar uma opinião sobre a posição patrimonial e financeira da entidade, em que investidores e gestores se posicionam através do resultado desse estudo.

Conforme Araújo, Arruda e Barretto (2008, p.02) a auditoria significa o conjunto de procedimentos técnicos aplicados de forma independente sobre uma relação que envolve a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida, objetivando emitir um informe de como essa obrigação está sendo cumprida, ou seja, para verificar se os relatórios e as informações decorrentes dessa relação são adequados e justos.

Sendo assim, os conceitos se modificam conforme épocas: conceitos mais antigos enfocam a auditoria de registros; conceitos das décadas mais recentes enfocam a auditoria das demonstrações contábeis; conceitos atuais enfocam a auditoria das organizações. (MAGALHÃES, LUNKES e MULLER, 2008, p.19).

A auditoria atualmente, assim como a contabilidade, está tornando-se uma ferramenta extremamente importante e valiosa para os usuários e estudiosos, que buscam reduzir a ineficiência de empregados e administradores, controlar seu patrimônio obedecendo às obrigações fiscais, resguardar crédito a fornecedores, analisando a veracidade das demonstrações contábeis da entidade.

As informações obtidas em uma auditoria podem repercutir nas decisões de investimentos, no auxílio ao governo em questões de arrecadação, e favorecer a própria entidade auditada quando, por exemplo, os seus administradores aperfeiçoam sua gestão incorporando os pontos levantados por uma auditoria.

2.1. O PERFIL DO AUDITOR

O exame de auditoria deve ser feito por profissionais que possuam competência e treinamento técnico adequado como auditor, bem como eficiência profissional para realizar de maneira mais adequada as tarefas a ele confiadas, este deverá manter uma postura que venha a facilitar suas atividades e o manter independente em todos os aspectos.

No Brasil o desenvolvimento da profissão do auditor foi muito lento até a regulamentação do mercado de capitais (1976), as Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1876 e 1890, anos após a regulamentação da profissão de corretor feita por D. Pedro II, em 1845. Para consolidar essa atividade foi necessário a instalação de filiais e subsidiárias de companhias estrangeiras; criação de normas de auditoria pelo Banco Central; financiamento de empresas brasileiras por meio de entidades internacionais, após esses acontecimentos surge então a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), esta responsável pela normatização da nova classe. (MAGALHÃES, LUNKES e MULLER, 2001, p. 18)

Além de enquadrar-se nas diversas normas de auditoria contábil, o auditor deverá também possuir um perfil eclético, melhor explicado por Franco e Marra (2007, p.181) em que se destacam as seguintes características: possuir as condições legais, culturais, técnicas, intelectuais, de integração profissional, de educação e civismo, morais e de ética profissional (Quadro 1).

Quadro 1 – Características necessárias para ser auditor contábil

PERFIL	CARACTERÍSTICAS GERAIS
Legal	Deverá ser contador habilitado e registrado pelo CFC, nessa categoria, porém em casos específicos como: das empresas de mercado de capitais, órgãos públicos, previdência privada, etc. o auditor também deverá possuir registro junto aos respectivos órgãos reguladores.
Culturais	Deverá possuir conhecimentos práticos em diversas áreas, como: Matemática financeira, legislação comercial, fiscal, economia, etc.
Técnicas	Deverá possuir conhecimentos profundos da matéria fundamental da sua profissão, que são ela principalmente: Princípios fundamentais de contabilidade, técnicas contábeis, planificação e organização contábil.
Intelectuais	Deverá possuir as seguintes qualidades intelectuais, destacadas por: inteligência, agilidade mental, opinião própria, etc.
De integração	Deverá se revestir de dignidade profissional, vivência profissional, amor a profissão, independência profissional, etc.
De educação e civismo	Deverá ser educado e compreensivo, habilidoso no trato, dotado de espírito público, etc.
Morais	Deverá possuir integridade, idoneidade, respeitabilidade, etc.
De Ética Profissional	Deverá respeitar além das condições morais gerais as seguintes: não procurar obter clientes em concorrência com seus colegas, executar os trabalhos dentro do mais elevado padrão de qualidade, manter sigilo profissional, etc.

Fonte: Adaptado de Franco e Marra (2007,p.181).

Os auditores são profissionais contratados por indivíduos ou entidades para realizar auditoria de ações e eventos econômicos, geralmente são classificados em Auditores Externos ou Independentes e Auditores Internos.

2.2, TIPOS DE AUDITORIA

A classificação da auditoria varia de acordo com o objeto de auditoria, muitos são os tipos de auditorias, é comum encontrar diversas classificações, isso ocorre pelo fato da não existência da uniformidade, padronização dessa atividade (Quadro 2).

Quadro 2 – Classificação da auditoria de acordo com o campo de atuação

CLASSIFICAÇÃO	ATUAÇÃO
Auditoria Governamental ou Pública	Auditoria Governamental atua diretamente sobre a administração do setor pública, está diretamente relacionada com o acompanhamento das ações empreendidas pelos órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta das três esferas do governo, sendo realizadas por entidades superiores de fiscalização.
Auditoria Privada	Auditoria Privada é toda aquela cujo campo de atuação se dá no âmbito da iniciativa particular, que objetiva lucro, de maneira geral. Pode ser realizada por auditores internos ou externos.

Fonte: Adaptado de Araújo, Arruda e Barretto (2008, p.25).

A Auditoria Governamental acontece em setores públicos, é exercida por controles internos e externos, possuem como principal objetivo, avaliar seus programas e a real gestão pública no período, garantindo assim resultados operacionais positivos. Já a Auditoria Privada acontece em setores privados, com intuito de verificar a veracidade de fatos de empresas particulares.

Segundo Jund (2004, p.108) auditoria governamental consiste no conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal (Quadro 3).

Quadro 3 – Classificação da auditoria de acordo com o objeto de trabalho

CLASSIFICAÇÃO	ATUAÇÃO
Auditoria Contábil ou Financeira	Esta representa o conjunto de procedimentos técnicos, aplicados de forma independente por profissionais certificados, segundo normas preestabelecidas, com objetivo de se emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto, em

	relação aos PFCs, às NBCs, à legislação pertinente, bem como sobre outros assuntos financeiros relacionados.
Auditoria Operacional	Refere-se ao conjunto de procedimentos de auditorias que são aplicados com o objetivo de serem avaliados o desempenho e a eficácia das operações, dos sistemas de informação, dos métodos de administração, e examinados a propriedade e o cumprimento das políticas administrativas da empresa auditada..
Auditoria Integrada	Corresponde a uma técnica na qual são envolvidos aspectos relacionados, mas individualmente distinguíveis, no que se refere à <i>accountability</i> (prestação de contas) quais sejam: exame de demonstrações contábeis e exames de economicidade, eficiência e eficácia na gerência dos recursos.

Fonte: Adaptado de Araújo, Arruda e Barretto (2008, p.35).

Na concepção de Attie (2007, p.08) é através das atividades de trabalho da auditoria operacional que a administração identifica todos os procedimentos internos e políticas definidos pela companhia, assim como os sistemas contábeis e de controle interno, verificando a efetividade e a concordância dos mesmos com critérios contábeis.

Classificadas como objeto de trabalho, a Auditoria Contábil está totalmente voltada a um estudo das demonstrações contábeis, com procedimentos técnicos visando emitir pareceres sobre adequação das mesmas perante a essência da contabilidade e a legislação em vigor. Na Auditoria Operacional verifica-se a análise de rotinas existentes na empresa, ressaltando as formas de trabalho e seu posicionamento quanto a novas estratégias e custos de oportunidades existentes no período. Já a Auditoria Integrada envolve uma análise global dos processos da empresa, partindo do geral para o específico, possibilitando um maior nível de segurança e sugerindo novas estratégias para os negócios da companhia.

No que diz respeito à forma de realização, observa-se o conteúdo do Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação da auditoria quanto à forma de realização

CLASSIFICAÇÃO	ATUAÇÃO
Auditoria Externa	Esta conceituada como sendo a auditoria realizada por profissionais externos à empresa auditada, normalmente sob a forma de firmas de auditoria, com base em normas técnicas, sobre a adequação ou não das demonstrações contábeis, emitindo um relatório sobre o cumprimento de cláusulas contratuais, sobre a regularidade das operações e/ou o resultado das gestões financeira e administrativa.
Auditoria Interna	A auditoria interna consiste naquela efetuada por funcionários ou membros internos da instituição. Sua principal finalidade é de verificar os procedimentos e analisar a qualidades das informações por eles geradas para auxiliar seus administradores na tomada de decisão.

Fonte: Adaptado de Araújo, Arruda e Barretto (2008, p.29).

O trabalho de verificação da situação patrimonial e financeira das empresas, realizado por um profissional independente, especializado em técnicas de auditoria, onde este emite sua opinião sobre a veracidade de fatos da empresa, pode-se caracterizar como auditoria externa ou independente.

Na visão de Lopes de Sá (2007, p.41), quando a verificação dos fatos é levada a efeito por profissionais liberais ou por associações, os elementos estranhos à empresa, observam a intervenção ou censura que recai sobre a denominada auditoria externa ou independente.

A auditoria interna, segundo Crepaldi (2004, p.41)

É uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles, é executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial,

seu objetivo é auxiliar em que possa ser útil à administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes as atividades realizadas.

A NBCT-12 (Da Auditoria Interna) conceitua auditoria interna como exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Auditoria Interna consiste em uma atividade de avaliação, voltada para a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos de uma organização, objetivando a integridade e confiança das informações e operações da entidade.

Dessa forma Magalhães, Lunkes e Muller (2001, p.28), simplificam auditoria interna como análises realizadas na entidade com o objetivo de prevenir erros, fraudes, sugerindo aos detentores do poder de decisão os ajustes necessários, cumprindo normas técnicas e a política da empresa e em fim protegendo a organização.

2.3. CONTROLES INTERNOS

Controles Internos são todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. Jund (2004 p. 344).

Attie (2007, p.183) compreende controle interno como todos nos meios planejados por uma empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos.

As empresas devem possuir o controle interno, pois é através dele que se percebe o fluxo de operações, a concentração de investimentos e operações, sempre relacionando o custo-benefício na implantação desses controles. São praticamente repletos de aspectos administrativos, com grandes influências de aspectos contábeis, trazendo em fim a confiabilidade no sistema operacional da entidade.

Devido à imensa quantidade de procedimentos, práticas e informações, conforme Jund (2004, p. 345) que envolvem um sistema de controles internos, e que, em conjunto, possibilitam a consecução de seus fins, um adequado sistema de controle interno possui os seguintes aspectos:

- Garantir informações adequadas, visando à tomada de decisões;
- Estimular o respeito e a obediência às políticas da administração;
- Proteger os ativos;
- Promover a eficiência e eficácia operacional;

Com objetivo de cumprir objetivos e metas, muitas entidades, devem possuir ou implementar um sistema de controles internos em seus processos financeiros que permitem garantir, com certo grau de confiabilidade, que os números divulgados ao mercado estão corretamente apurados e apresentados, além de estimular a efetividade operacional.

Para Jund (2008, p.345) os sistemas de controles internos, de acordo com os seus objetivos específicos, podem ser classificados quanto à função, forma de implantação, processo decisório e natureza (Quadro 5):

Quadro 5 – Classificação do controle interno

CLASSIFICAÇÃO	TIPO	FINALIDADE
Quanto à função	Preventivos	São os que reduzem, a frequência com que as causas de exposição ocorrerão; agem como um guia, auxiliando para que os fatos aconteçam de acordo com o previsto, procurando prever de antemão problemas ou desvios do padrão.
	Detectivos	São aqueles que detectam as causas de exposição durante a concomitantes a ocorrência de um fato. Todavia, não impedem que elas ocorram, eles alertarão da existência de um problema.
	Corretivos	São os que auxiliam a <i>posteriori</i> na investigação e correção das causas de

		exposição detectadas, pois, a atividade já ocorreu, e é impossível voltar atrás e corrigir o desempenho para levá-lo ao padrão, podendo inclusive, já ter gerado prejuízos.
Quanto à forma de implantação	Lógicos	São os que podem ser implementados por pessoas ou computadores, sem qualquer mudança significativa.
	Técnicos	São aqueles incorporados aos equipamentos de computadores para detectar falhas eletrônicas.
Quanto ao processo decisório	Verticais	São aqueles que seguem as linhas verticais de autoridade em um organograma.
	Horizontais	São aqueles que seguem o fluxo de processamento, cortando as verticais.
Quanto à natureza	Controles contábeis	São aqueles relacionados com a proteção dos ativos e com a validade dos registros contábeis. Esses controles incluem o sistema de autorização e aprovação e a segregação das funções de registro daquelas efetuadas pelo departamento, que gera as transações, objeto de seu registro ou das relativas à custódia dos ativos.
	Controles administrativos	Compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos relacionados com a eficiência operacional, bem como o respeito e a obediência às políticas administrativas. Relacionam-se indiretamente com os controles contábeis e incluem controles estatísticos: programas de treinamento de pessoal, controles de qualidade, entre outros.

Fonte: Adaptado de Jund (2004, p.345).

Diante destes conceitos, é importante ressaltar que o controle interno não é necessariamente um complexo sistema de rotinas e procedimentos burocráticos que necessite ser implementado exatamente como indicado nos livros e normas, para que funcione de modo satisfatório. A visão do administrador irá determinar a capacidade de implantar sistemas de controle que apresentem condições favoráveis para a entidade, atendendo assim suas particularidades.

O controle interno está diretamente relacionado com as demais funções do processo administrativo: planejamento, organização e direção. Estes representam reflexos de todas as demais funções administrativas, facilitando assim a mensuração e a avaliação dos resultados da ação empresarial.

2.4. SOCIEDADES COOPERATIVAS

A origem das Cooperativas de crédito partiu-se do princípio de que um feixe de gravetos é mais forte do que um graveto só, em 1844, 27 tecelões e 01 tecelã de Rochdale – Inglaterra – uniram-se para superar a crise ocasionada pelas mudanças que chegaram junto com a industrialização do século XIX. Cada tecelão contribuía com os dois pences que recebiam por semana do sindicato de tecelões, para por em prática a idéia que inicialmente seria de abrir a loja, construir casas para os sócios e gerar empregos. UNICRED Brasil (2003)

Com o foco voltado para cooperativas de consumo, em 16 anos a cooperativa passou a contar com 3.450 sócios e um capital de 152.000 libras. Iniciava-se o cooperativismo, que era um novo modelo de organização e rapidamente difundiu-se por toda Europa, disseminando-se para o mundo. UNICRED Brasil (2003)

A filosofia cooperativista adveio com a necessidade de indivíduos, desprovidos de meios econômicos ou materiais, de obterem, por intermédio de um sistema associativista de ajuda mútua, meios de obtenção dos bens da vida, sem a necessidade de acúmulo de grandes somas de capital. (LEWIS, 2005, p. 41).

Dessa forma muitas pessoas se uniram a outras pessoas para conjuntamente enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade e bem-estar econômico e social, surgindo assim as sociedades cooperativas.

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro no final do século XIX, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades. O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais (OCB)¹.

Conforme trata Pinheiro (2008), a Cooperativa é uma "associação autônoma" constituída por pessoas que se unem para prestar serviços entre si. Essas pessoas montam uma entidade ou instituição de propriedade conjunta (a cooperativa), que é controlada por todos, de maneira democrática. Os serviços prestados podem ser de natureza econômica, financeira, social e educativa.

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras, existem hoje treze ramos de cooperativas no Brasil (Quadro 6):

Quadro 6 – Ramos de cooperativas

RAMOS	FINALIDADE
Agropecuária	Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social.
Consumo	Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa. Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar.
Crédito	Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano.
Educacional	Este ramo é composto por cooperativas de professores, que se organizam como

¹ Informações extraídas do endereço eletrônico da Organização das Cooperativas Brasileiras: www.ocb.com.org.br.

	autônomos para prestarem serviços educacionais, cooperativas de alunos de escola agrícola que contribuem para o sustento da própria escola e às vezes produzem excedentes para o mercado, mas tem como objetivo principal a formação cooperativista dos seus membros, cooperativas de pais de alunos, que têm por objetivo propiciar melhor educação aos filhos, administrando uma escola e contratando professores, e por cooperativas de atividades afins.
Especial	Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontra em situações previstas nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação familiar difícil econômica, social ou afetiva.
Habitacional	Este tipo foi criado em 1964, com a Lei que instituiu o extinto Banco Nacional de Habitação, visando coordenar a ação dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, de modo a estimular a construção de habitações de interesse social e financiando a aquisição da casa própria, especialmente para a classe pobre e média.
Infra-estrutura	Cooperativas que atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia. Este segmento é constituído por cooperativas que têm por objetivo prestar coletivamente um determinado serviço ao quadro social.
Mineral	Cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. As cooperativas muitas vezes cuidam de diversos aspectos, como saúde, alimentação, educação dos seus membros, além das atividades específicas do ramo.
Produção	Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Enquadram-se nesse tipo aquelas cooperativas em que os meios de produção são de propriedade coletiva e os cooperados formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional.
Saúde	Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana. São cooperativas formadas por profissionais da área de saúde: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, que à semelhança dos outros profissionais organizados em torno das cooperativas de trabalho, buscam superar o desemprego e portarem-se como patrões de si próprios, oferecendo serviço de qualidade, com custos acessíveis aos seus clientes.
Trabalho	Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. A primeira iniciativa registrada no Brasil deu-se em 1938, com a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores de Bagagens do Porto de Santos.

Transporte	Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. As cooperativas de transporte têm gestões específicas em suas várias modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi), transporte coletivo de passageiros (vans, ônibus, dentre outros), transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões etc.) e transporte de escolares (vans e ônibus).
Turismo e lazer	Cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.

Fonte: Adaptado da (OCB) Organização das Cooperativas Brasileiras (1993).

Geralmente as cooperativas são classificadas quanto a seu campo de ação ou ramos, ou seja, o tipo de atividade em que as cooperativas operam, atendem a necessidade de seus cooperados. Além das características listadas acima para cada segmento, as cooperativas têm um objetivo que é comum a todas, que é a função reguladora de mercado, esta feita através de cooperação de pessoas, com intuito de unir forças, para assim tentar modificar as falhas da economia do país.

2.5. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define “cooperativas de crédito como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades por diversas características.”

As Cooperativas de Crédito surgem, quando um grupo de pessoas (no mínimo vinte pessoas), constituem uma cooperativa de crédito, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços financeiros do modo mais simples e vantajoso para seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada nos princípios cooperativistas. Tais cooperativas visam diminuir as desigualdades sociais, buscando o objetivo principal de uma cooperativa, que consiste: No bem-estar comum de seus associados (MEDEIROS, 2010, p.39).

Assim, sendo consideradas como instituição financeira, as cooperativas de crédito são regidas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Assim, a Figura 1 demonstra os subsistemas dessa supervisão

Figura 1 – Organograma dos Subsistemas de Supervisão

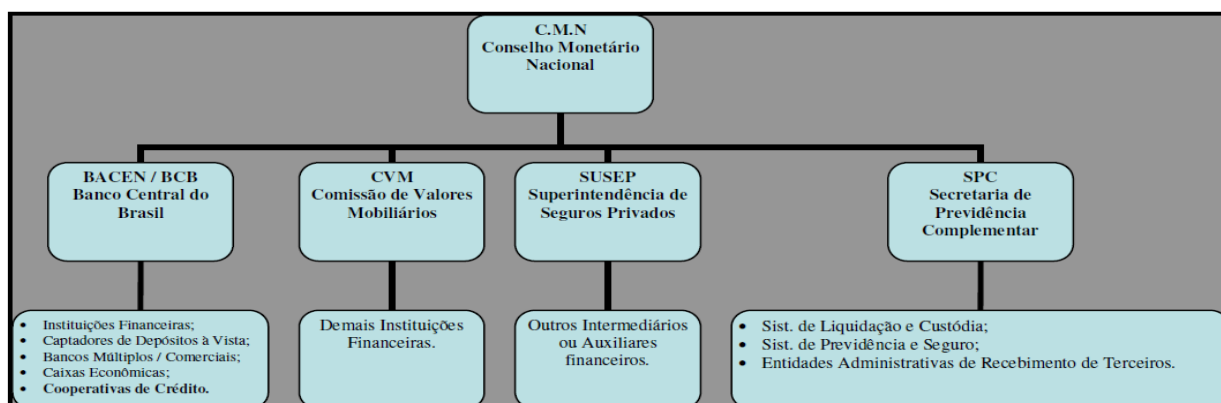


Figura 1: Banco Central, 2004.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional. Foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, em extinção do Conselho Superior da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País. O CMN é composto pelo Ministro da Fazenda, que exerce a função de Presidente, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central do Brasil.

O Banco Central desempenha diversas funções de grande importância na vida econômica nacional, de forma sintética estão descritas em sua missão que é assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do Sistema Financeiro Nacional. Algumas das principais funções do BACEN são: Formulação, execução e acompanhamento das políticas monetária e cambial e de relações financeiras com o exterior; o controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro; a organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiros e do Sistema Nacional de Habitação e ordenamento do mercado financeiro, dentre outros.

2.6. TIPOS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A classificação das cooperativas de crédito foi intensificada após a publicação do Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que em seu art. 30 traz:

As cooperativas de crédito têm por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, ou comercial ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares do crédito (BRASIL, 1932).

Sendo assim, estão divididas ainda as Cooperativas de Crédito em grupos, como apresentado abaixo:

Cooperativas de crédito agrícola (rural) – constituídas obrigatoriamente por agricultores, criadores e extrativistas, ou por pessoas jurídicas que desempenham atividades afins.

Cooperativas de crédito mútuo (urbana) – é a associação de pessoas físicas e / ou jurídicas que tenham vínculos por uma entidade, corporação ou empresa que desempenham atividades ativas e passivas apenas entre si. As cooperativas de crédito mútuo dividem-se em:

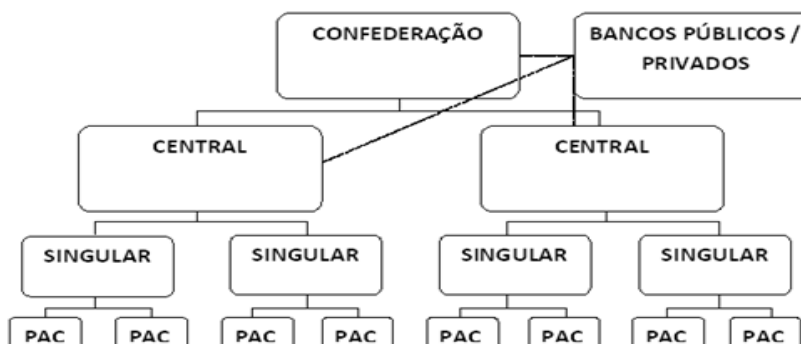
- a) Empregados, servidores e prestadores de serviços;
- b) Profissionais pertencentes à mesma classe (profissionais da área de saúde, magistrado, professores, entre outros);
- c) Pequenos empresários, microempresários e micro empreendedores (onde a renda bruta não poderá ultrapassar R\$ 2.400.000,00);
- d) Empresários;
- e) Livre admissão (Pessoas físicas ou jurídicas que possuem renda comprovadas).

2.7. O SISTEMA UNICRED

O Sistema UNICRED, nada mais é do que uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, o objetivo consiste em propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados (por exemplo: emprestar dinheiro com juros bem menores e com menos exigências do que bancos). UNICRED Brasil (2009).

Como toda instituição, esse sistema possui estruturas, divididas em níveis hierárquicos, devido às necessidades de cada região. De acordo com o portal da UNICRED Brasil, a Figura 2 demonstra essa estrutura:

Figura 2 – Estrutura Sistema UNICRED



Fonte: Adaptado do Sistema UNICRED (2009).

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED's – UNICRED do Brasil, tem como funções principais representar política e institucionalmente o Sistema, estabelecer diretrizes de padronização, fiscalização e proteção da marca, além de organizar o principal evento do setor e da UNICRED, a Convenção Nacional. UNICRED Brasil (2009).

As Cooperativas Centrais objetivam organizar em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como, facilitando a utilização recíproca dos serviços.

As singulares, que atuam em uma determinada área, geralmente restritas a uma cidade são as responsáveis pelo contato direto com os cooperados, oferecendo-lhes serviços e condições, por meio de seus vários produtos: abertura de conta corrente, concessão de empréstimos, recebimento e pagamento de contas, seguros, investimentos entre outros. Ligados às singulares existem os postos de atendimento ao cooperado (PAC), que são pontos que funcionam dentro da abrangência das sedes e desempenham todas as atividades básicas da singular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo. Segundo Oliveira (2003) a pesquisa de campo intrinsecamente envolve a pesquisa bibliográfica, bem como a escolha de técnicas estatísticas de coleta de dados e amostra populacional além do registro e análise dos dados coletados.

Sobre a pesquisa bibliográfica tem-se a realização de consultas à literatura existente, observando como os pesquisadores tratam à questão, além de sítios reconhecidos e que constituam referência. Para esta pesquisa os dados coletados foram de dois tipos: de fontes primárias e de fontes secundárias.

Na concepção de Martins (1990, p.45-48), os dados primários são aqueles obtidos diretamente com o informante através de instrumentos (questionários, entrevistas), já os dados secundários são as informações coletadas em publicações. Dessa forma os dados primários do referido estudo foram obtidos por meio de um roteiro de entrevistas, seguido de um questionário¹. Por sua vez, os dados secundários foram colhidos por meio de pesquisas em livros, artigos, leis e documentos relacionados.

Oliveira (2003, p.82) define universo ou população como um conjunto de todos os elementos sob investigação, é o total de todos os seres que apresentam alguma característica em comum. Assim a área de atuação deste estudo foi a Cooperativa de Crédito do Alto Sertão Paraibano, sendo trabalhada com um universo de 09 gestores.

Na análise de dados é utilizada técnicas de análise de conteúdo e documental. Os dados primários foram transcritos com base nas respostas do questionário que serviu para roteiro de entrevista. Os resultados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo através de gráficos, com intuito de apresentar os dados de forma objetiva e econômica, facilitando o estudo. Nos dados secundários utilizou-se a análise documental que conforme Richardson (1999, p.85), consiste em uma série de operações que visam estudar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas.

Para o tratamento estatístico será realizada uma análise descritiva de dados, para responder ao problema de pesquisa junto aos gestores da Cooperativa, através do questionário

da pesquisa. A análise foi feita com o auxílio do aplicativo estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science*) versão 8.0 para *Windows e do Excel*.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa seção serão apresentados os resultados da análise descritiva, obtidos na aplicação do questionário de pesquisa, de acordo com a divisão dos grupos de questões estabelecidos. Objetivou-se reunir informações para cumprimento dos objetivos definidos na presente pesquisa, através da análise de resultados da aplicação do roteiro de entrevista adotado, em forma de questionário, aplicado ao público respondente definido na metodologia, que se tratam dos Conselheiros Administrativos e Diretoria Executiva da Unicred Alto Sertão Paraibano Ltda.

De acordo com as informações obtidas pela Cooperativa de Crédito em análise, o público respondente ao qual o questionário se destinou, atualmente, é de 06 Conselheiros Administrativos e 03 Diretores (Presidente, Financeiro e Administrativo), responsáveis pela gestão da singular.

O questionário de pesquisa, adotado como roteiro de entrevista, foi estruturado em duas partes. Na primeira, procurou se identificar a caracterização dos respondentes. Na segunda seção, objetivou-se relacionar questões relativas ao problema de pesquisa, com o atingimento de seus objetivos.

Perfil do Respondente

A figura 1 demonstra que o Sexo e a Idade dos Respondentes.



Figura 1- Gráficos relativos ao perfil do entrevistado.

A figura 1 demonstra que o sexo predominante na gestão, é de público masculino com 67% do total, mas o público feminino no quadro diretivo vem aumentando a cada dia que passa, este com 33%, pode-se considerar um ponto de constante evolução no Sistema Unicred. Percebe-se ainda na figura 1 que o quadro diretivo das cooperativas singulares é

predominantemente eclético, sendo que 67% dos entrevistados possuem idade abaixo de 50 anos.

Na figura 2 é demonstrado o Nível de escolaridade e o tempo que estes gestores destinam a trabalhos na Cooperativa.

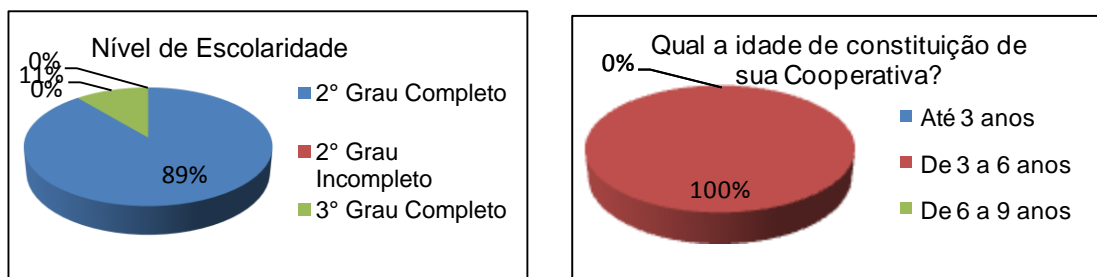


Figura 2- Gráficos relativos ao perfil do entrevistado.

Quanto ao grau de escolaridade na figura 2 nota-se o pequeno público com ensino superior completo, apenas 11%, justificando a necessidade de ferramentas eficientes para o auxílio na gestão devido a pouca formação dos atuais gestores. Referindo-se ao tempo destinado a trabalhos na singular verifica-se que apenas 33% dos gestores se dedicam mais ao cargo ocupado na instituição, esse fato se torna preocupante, pois para um melhor andamento é necessário mais empenho e atenção nos negócios.

Questões relativas ao problema de pesquisa e ao atingimento de seus objetivos.

Os resultados expressos na Figura 3 estão relacionados à relação entre a idade da Cooperativa e o tempo que os cargos estão ocupados pelos gestores entrevistados. Na análise percebe-se que o tempo ocupado por essa direção é compatível a idade da constituição da cooperativa, sendo assim entende-se que esses gestores ocupam esse cargo desde abertura da singular.

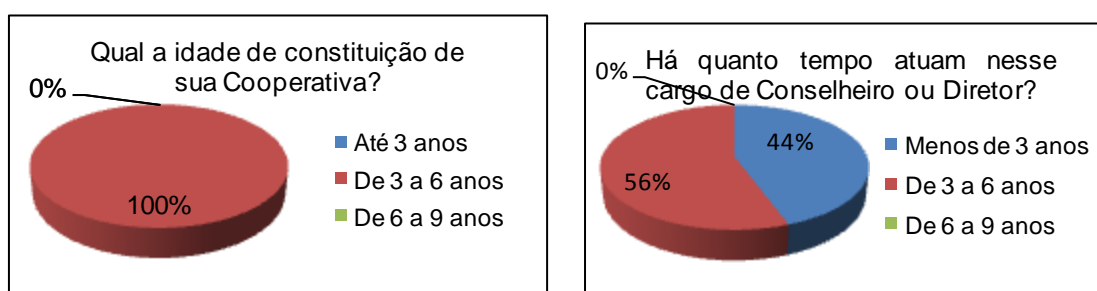


Figura 3 – Gráficos relativos à idade da cooperativa e tempo de direção.

As pessoas entrevistadas relataram em suas respostas a importância do relatório de auditoria no processo de gestão de uma cooperativa, sendo que 78% responderam de extrema importância e 22% de muita importância, não havendo nenhuma resposta acerca de pouca importância. Já quanto à frequência de utilização do relatório das reuniões de gestão da cooperativa, 78% da administração relataram utilizar mensalmente, nesse caso os outros 22% não frequentam acórdiamente a cooperativa, nem tem tanto interesse pelos resultados obtidos no relatório, conforme a figura 4.

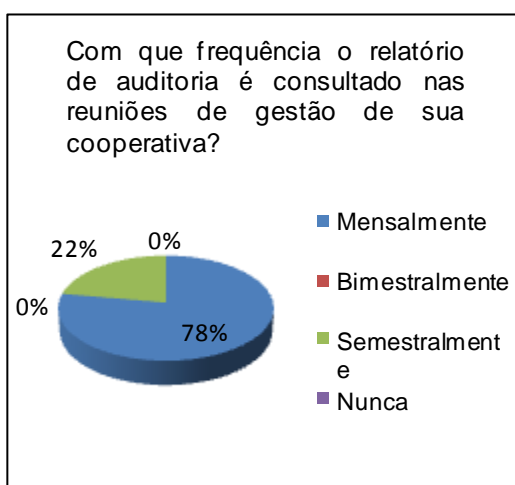


Figura 4 – Gráficos referentes à importância do relatório de auditoria e sua utilização.

Pode-se perceber que os gráficos da figura 4 estão totalmente interligados, possuem o mesmo resultado, comprovando assim que existem lacunas, quanto à importância do relatório de auditoria e seu uso.

No Gráfico 1 é demonstrado qual a área de análise da auditoria mais importante no processo de gestão.

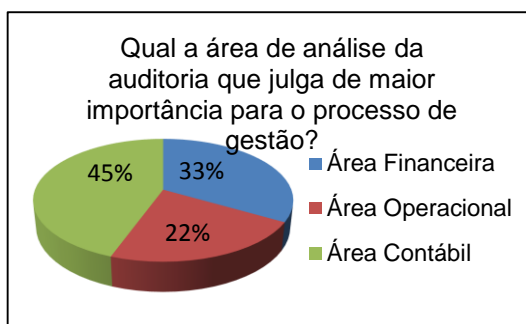


Gráfico 1 - Área de análise da auditoria mais importante.

Os resultados obtidos no gráfico 1 demonstra que as opiniões estão totalmente divididas acerca do assunto. Pois 45% dos entrevistados responderam área contábil como de maior importância, 33% área financeira e conseqüentemente 22% área operacional. De acordo com resultados periódicos da instituição estudada, percebe um maior risco na área operacional, pois é a partir dela que surgem os negócios. Sendo assim as respostas dos administradores não são tão coerentes com o risco operacional, que é um importante índice no processo de gestão.

Na figura 5 são observados os fatores internos e a frequência das consultas.

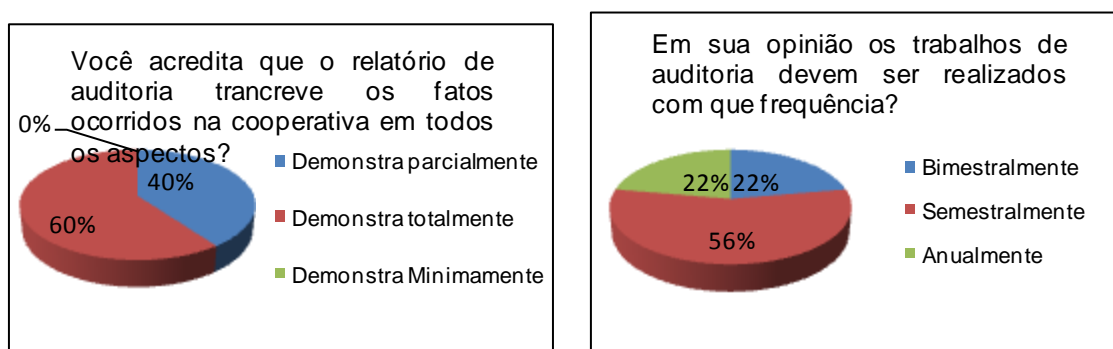


Figura 05: Gráficos de fatores internos e a frequência das consultas.

Conforme expresso na figura 5, 60% dos entrevistados responderam que o relatório aborda todos os aspectos da cooperativa, sendo assim, 40% responderam que este não abrange tudo, que ainda falta demonstrar determinadas áreas julgadas como importantes. Em relação à consulta dos auditores na singular, 56% julgaram que estes trabalham de forma correta a cada seis meses, 22% acham que não são necessárias consultas periódicas, que o ideal seria anualmente, fiscalizando assim o exercício, enquanto que outros 22% responderam que consultas mensalmente, alertariam ainda mais sobre falhas na área operacional.

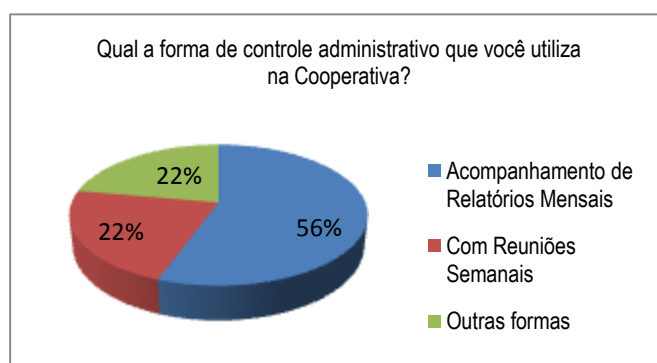


Gráfico 2 – Referente a forma de controle administrativo da cooperativa.

Analisando o gráfico 2 percebe-se que a forma de controle administrativo da singular estudada é o acompanhamento de relatórios mensais com 56%, 22% optaram por reuniões mensais para acompanhamento desses relatórios, outros 22% acham ineficaz controlar essa entidade apenas com relatórios, preferem outras formas. A leitura do Gráfico 3, permite quantificar a frequência de regularização das súmulas de irregularidades, apontadas no relatório de auditoria.

Do total entrevistado, 67% das opiniões foram para a regularização em semanas após a auditoria, enquanto que, 33% compreendem que durante a auditoria vão sendo corrigidas, embora que de qualquer forma são apontadas na súmula, mas como correção no período.

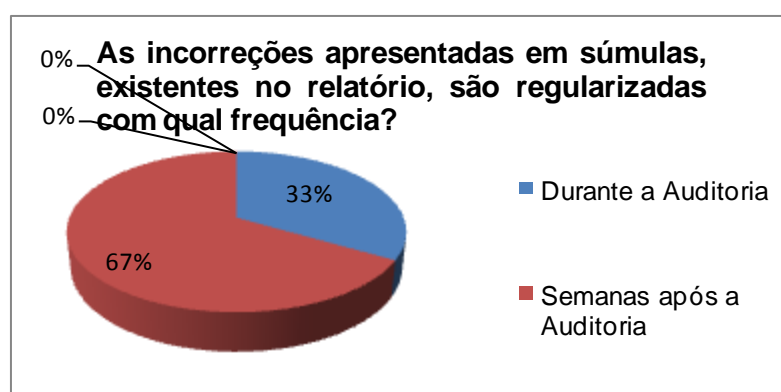


Gráfico 3 – Referente à frequência de regularização de irregularidades apontadas.

A tabela abaixo relata os casos de reincidência de possíveis erros relatados pelo auditor interno. Qual o fator contribui para não regularização? A tabela abaixo relata essa resposta.

Tabela 1

Fatores que contribuíram para não regularização de reincidências.

AFIRMATIVAS	(%) de Respostas
Pouco acompanhamento da direção da cooperativa, não consultando relatório nas reuniões mensais.	0%
Pouco comprometimento da equipe de colaboradores na busca de soluções aos fatos de sua responsabilidade de correção.	22%

Falta de cobrança permanente da área de auditoria às ações descritas como planejamento de correção no relatório de auditoria.	45%
Por não considerar o relatório de auditoria importante no processo de gestão.	0%
Outras.	33%

Fonte: Estudo de Caso, 2011.

Diante do exposto, 45% dos entrevistados julgaram, a falta de uma maior cobrança por parte do setor de auditoria, planejando e determinando datas para regularização, 33% optaram por outras, justificando pelo fato de muitas vezes depender do cooperado a regularização, nesse caso requer algum tempo, já 22% optaram pelo fator de que há pouco comprometimento entre colaboradores para essa regularização.

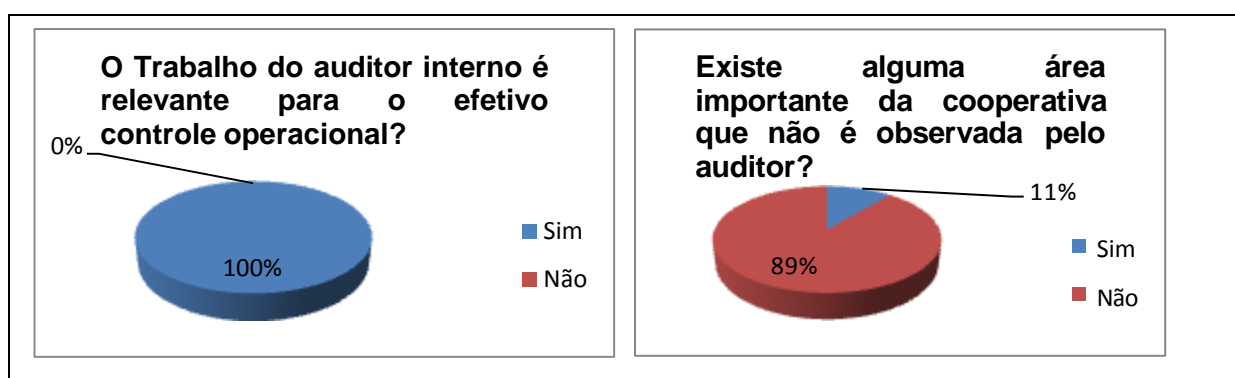


Figura 6 – Gráficos referentes à relevância no controle operacional e área não observada pelo auditor.

Pela análise da figura 6, é possível verificar que 100% dos gestores qualificam o trabalho do auditor como indispensável no efetivo controle operacional, pois através de amostras analisadas na instituição é percebida a eficácia dos controles internos. Quanto a existência de áreas importantes não abordadas pelo auditor, 89% reconhecem que não, que o relatório é completo, mas 11% enfatizam que ainda existem áreas a serem exploradas.

Tabela 2

Aspectos que podem ser melhorados no relatório de auditoria

AFIRMATIVAS	Respostas	(%) de
Ser menos complexo.		56%
Mais Clareza, para melhor compreensão.		34%
Uma maior participação entre os agentes envolvidos com a auditoria.		10%

Outros 0%

Fonte: Estudo de caso, 2011.

Quanto aos aspectos que trariam mais utilização desse relatório pelos gestores, a tabela 2 traz que 56% responderam que devia ser menos complexo, pois tantas são as informações, tornando se difícil de ser assimiladas. Já 34% optaram por uma maior clareza, facilitando assim a compreensão e 10% entendem que falta um melhor envolvimento entre colaboradores, diretores, conselheiros e auditores internos na busca pela exatidão dos fatos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, procurou-se identificar o envolvimento da auditoria interna com o processo de gestão em cooperativas de Crédito, destacando-se a importância deste relacionamento. Para tanto, amparou-se em diversas obras literárias sobre o assunto, assim como, a opinião dos gestores da Unicred Alto Sertão Paraibano Ltda.

Com o presente estudo pode-se considerar que os objetivos propostos, foram realizados, pois neste foi apresentado toda a evolução histórica da auditoria e sua classificação, definindo a importância do perfil do auditor, além de ter sido explorado uma instituição que ainda está em crescimento no país que são as cooperativas de Crédito, mas que possuem características bastante atraentes, assim fazendo um enfoque no Sistema Unicred, em especial na singular Alto Sertão Paraibano Ltda.

Observou-se no âmbito de controles internos, a abrangência dessa área e a busca por informações fidedignas e coerentes. Foram constatadas as formas de controles internos usadas pelas cooperativas do sistema analisado, e foram identificados os procedimentos e ferramentas utilizadas em sua auditoria interna, estes embasados em manuais de crédito da instituição, onde simplificam a normatização e variáveis que devem ser seguidas.

Avaliando a utilização das informações prestadas do relatório pelos gestores da instituição estudada, perceber-se que estes, consideram esse processo de extrema importância, usam como base mensalmente esses relatórios em reuniões, acreditam muito na opinião emitida pelo auditor, preferem que este profissional explore também outras áreas, embora não julguem a área operacional como principal nesse relatório.

Foram identificados alguns dos fatores que contribuem para a não solução dos problemas identificados pela auditoria, onde foi exposto que há falhas, quanto a cobrança do setor de auditoria, no estabelecimento de um planejamento de correção, para que dessa forma os prazos estabelecidos sejam cumpridos. Também pode-se constatar que a equipe de colaboradores devem fazer um trabalho mais intenso, evitando esses erros, tendo em vista a cooperação com os associados, pois estes também são responsáveis no que se diz respeito à regularização, sendo a mola mestre dos negócios.

A pesquisa que foi desenvolvida, pode ser considerada de cordial importância para a instituição, onde contribuiu na análise dos procedimentos aplicados na auditoria interna, proporcionando avaliar as necessidades e condições de melhoria na tomada de decisões. No âmbito acadêmico, o estudo traz uma nova roupagem para o crescimento das instituições financeiras, além de detectar a real importância das áreas de contabilidade em qualquer instituição financeira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: enfoque técnico, normativo e prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BACEN, Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. [s.l.] Edições 70, 1997.

BEUREN, Ilse Maria (org.). In: André Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, Lei complementar 130 de 17 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

BRASIL, Lei nº 4 595 de 31 dezembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

BRASIL, Resolução 2554 de 24 de setembro de 1988. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=098186548&method=detalharNormativo>>. Acesso em 19 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto 22.239 de 19 de dezembro de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

CHERMAN, Bernardo. **Auditoria Externa, Interna e Governamental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. 3. Ed. São Paulo, Atlas, 2004.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JUND, Sergio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

LEWIS, S. B. A Tributação no Sistema Cooperativista: Dimensão Social e **Importância Econômica das Cooperativas Justificam Tratamento Fiscal Diferenciado**. Revista FAE BUSINESS. nº 12, p. 41-44, set. 2005.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F; LUNKES Irtes Cristina; MULLER, Aderbal Nicolas. **Auditoria das Organizações: Metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas**. São Paulo: Atlas, 2001.

Manual de Sistema de Controles Internos, do Sistema Unicred, baseado na resolução/CMN nº 2554/98.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 1ª.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MEDEIROS, João Paulo de Araújo. **Auditoria Interna nas cooperativas de crédito**. João Pessoa. Universitária, 2010.

NBCT- Norma Brasileira de Contabilidade. Disponível em:

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t12.htm>>. Acesso em 22 de setembro de 2013.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em:

<<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo>>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília: BCB, 2008.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de auditoria**. 10. Ed. 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e Técnicas**. 1ª Ed. Florianópolis: Visual books, 2007.

UNICRED BRASIL . Disponível em:

<http://www.unicred.com.br/cooperat/coop_cre/coop_cre.htm>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

VEDOVATTO, Eliane. **A Auditoria Interna como ferramenta de gestão em Cooperativas de Crédito**. Francisco Beltrão. Universitária, 2009.